



## OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM UMA PERSPECTIVA CONTRA HEGEMÔNICA: REFLEXÕES SOBRE POSSIBILIDADES PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO IGARAPÉ DA FORTALEZA/AMAPÁ<sup>1</sup>

**Priscilla Pantoja do Nascimento Brandão** - Autor

*Pedagoga e Mestranda em Educação.  
Universidade Federal do Amapá*

**Marcelo Conceição da Rocha Campos** - Co-autor

*Licenciado em Letras, advogado e Mestrando em Educação.  
Universidade Federal do Amapá*

**Eliana do Socorro de Brito Paixão** - Orientador

*Doutora em Educação e Professora do PPGED da Unifap  
Universidade Federal do Amapá*

**Resumo:** O trabalho visa a apresentar parte dos estudos realizados sobre uma proposta metodológica como possibilidade para educação ambiental que possa contribuir na minoração das questões socioambientais do Igarapé da Fortaleza/AP. Trata-se de uma comunidade que emerge a partir da instalação de um grande empreendimento privado, na década de 1950, o qual foi um condicionante significativo na constituição da realidade perversa vivida pelos moradores. O local foi ocupado de forma desordenada, na medida em que os moradores se instalaram e de acordo com suas possibilidades financeiras, ainda que uma parte do espaço habitado seja considerado área protegida. Assim, surgiu um quadro de degradação ambiental e de insalubridade que se naturalizou a vida cotidiana em função do distanciamento da atenção do poder público. A pesquisa teve abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica com suporte de dados empíricos. Como um dos principais resultados, entende-se que a educação popular, no bojo dos seus pressupostos, na perspectiva freireana, pode ser uma possibilidade educacional para praticar a educação ambiental, no contexto da comunidade do Igarapé da Fortaleza-AP, a fim de que a comunidade possa ser instigada a debater a sua realidade na direção da busca por alternativas para minoração das questões socioambientais locais.

**Palavras-Chave:** Questões socioambientais. Educação Ambiental. Educação popular.

### 1 Introdução

A descoberta de uma das maiores jazidas de manganês do Brasil, próximo da região em Serra do Navio/AP, viabilizou a implantação da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), no então Território Federal do Amapá, na década de 1950, com a finalidade de exploração do citado minério (MONTEIRO, 2003, PORTO, 2007). A intensificação da produção contribuiu sobremaneira para a aceleração do processo de ocupação populacional, com a vinda de pessoas atraídas pelas ofertas de emprego, tanto em Serra do Navio quanto em Santana, cidade onde foi instalada a base administrativa da empresa e a armazenagem do minério extraído para posterior exportação.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte de um artigo construído para a disciplina "Pensamento Educacional Brasileiro", ministrada no Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGED), da Universidade federal do Amapá - UNIFAP.



Grande parte do contingente populacional ocupou, de modo desordenado e em condições precárias, áreas periféricas e alagadas, pressionando as ressacas por meio da

construção de moradias, aterramento, queimadas, despejo de resíduos sólidos e dejetos (TAKIYAMA, 2003). Isso ocasionou sérios problemas para aqueles que sem outra alternativa, foram compelidos a morar nesses espaços. Foi o que aconteceu com parte da população que ocupou, inadequadamente, as áreas do entorno Igarapé da Fortaleza-AP.

Diante do quadro posto, este artigo visa a apresentar parte dos estudos realizados sobre a realidade socioambiental da comunidade do Igarapé da Fortaleza-AP, à luz de uma proposta metodológica como possibilidade para a prática da educação ambiental, de maneira que possa contribuir na minoração das questões socioambientais locais, a partir de uma pesquisa bibliográfica e empírica, com abordagem qualitativa e amparo de Minayo (2002).

## 2 Contextualizando as questões socioambientais do Igarapé da Fortaleza-AP

O Igarapé da Fortaleza-AP é um aglomerado populacional que se formou às margens de um rio de mesma denominação, situado entre os municípios de Macapá – capital do estado do Amapá, e Santana, cuja linha divisória é uma rodovia que atravessa o igarapé. Possui população de 6.185 habitantes (IBGE, 2010), sendo 2.063 habitantes no município de Macapá e 4.122 no município de Santana. As atividades econômicas derivam, sobretudo, da pesca artesanal, de pequenas olarias e da comercialização de gêneros alimentícios.

O acesso ao local pode ser tanto por via terrestre, quanto por via fluvial com saída para o Rio Amazonas. Pela sua extensão, pode ser utilizado, também, para a navegação (TAKIYAMA, 2003), possibilitando a entrada de barcos e balsas das mais diversas localidades do próprio estado do Amapá, bem como das regiões ribeirinhas do estado do Pará, configurando-se como rota estratégica para a circulação de pessoas e comercialização de mercadorias.

No Igarapé da Fortaleza há um paradoxo. Na margem esquerda da rodovia, pertencente ao município de Macapá, há uma área de preservação ambiental, conhecida como APA da Fazendinha; na margem direita, vinculada ao município de Santana, constituiu-se uma área essencialmente urbana. O local é interligado por inúmeras ressacas – ecossistema típico da zona costeira do Amapá (TAKIYAMA, 2003). Nessas áreas, observa-se intensa ocupação desorganizada, culminando em desequilíbrio ambiental, com



O fato de haver uma área de preservação no local não evitou a antropização por moradores. O poder público também não se situa diante dessa realidade, tendo em vista o conflito na execução de papéis entre duas esferas de governo municipal quanto à formulação e execução de políticas públicas (BONETI, 2006) sem descontinuação. Assim, as questões socioambientais, que já se naturalizaram àquele ambiente vivido afetam a vida dos próprios moradores como se não tivessem o direito à cidade na perspectiva advogada por Lefebvre (2006), como também, poderão suscitar a subtração de biodiversidade.

Uma das alternativas que poderá ser aplicada no enfrentamento a essas questões que envolvem o meio ambiente é a educação ambiental (JACOBI, 2003), numa modelagem metodológica que envolva os moradores, nos moldes defendidos por Freire (1967), de tal modo que os conduza ao empoderamento e à conscientização. Para Reigota (2004), o meio ambiente é um espaço com distintas formas de vida e relações em permanentes mudanças, as quais devem ser consideradas nas discussões que contornam as problemáticas socioambientais.

Na concepção de Jacobi (2003, p. 200), “a educação ambiental deve destacar os problemas ambientais que decorrem da desordem e degradação da qualidade de vida nas cidades e regiões”. Esses argumentos se somam e sinalizam a complexidade que permeia a prática de uma educação ambiental que ajude a projetar alternativas preventivas e ações efetivas para solução ou mitigação de questões socioambientais emergentes. Deve ser um processo permanente de aprendizagem em contraposição à imposição de que à escola cabe trabalhar essa temática de forma transversal, desconsiderando a complexidade do currículo.

### **3 A Educação Popular: instrumento emancipatório para Educação Ambiental**

A educação ambiental, como propagado Jacobi (2003) e Reigota (2004), para enfrentamento ao quadro posto, clama por práticas pedagógicas que envolvam a comunidade. Nos estudos realizados deparou-se com o método Paulo Freire de alfabetização (FREIRE, 1967) que se revela uma proposta educativa contra-hegemônica, sintonizada com práticas decoloniais (MOTA NETO, 2015), fruto de inconformação da realidade social que privilegia alguns grupos em detrimento de outros. Trata-se de uma vertente da educação fundamentada nas necessidades do povo e que vislumbra a



À luz de Gadotti (2008), compreende-se que se faz necessário educar para a sustentabilidade, de forma que, os indivíduos que vivem da terra e a ela pertencem, devem buscar melhoria da qualidade de vida por meio do que este autor denominou de ecopedagogia. Nessa linha, acredita-se que a transformação e o desenvolvimento provêm de uma educação ambiental alicerçada no desenvolvimento sustentável, por meio de uma sensibilização ecológica na maneira de como se pensa e age com o planeta.

É prudente este diálogo, considerando-se o desordenamento dos modos de vida e produção, e com isto a necessidade de almejar soluções de problemas relacionados aos desequilíbrios ambientais que se vivencia nos dias atuais. Esse pensar o sobre o meio ambiente segue em direção à concepção de Reigota (2004), no qual cabe inserir o ambiente vivido pelos moradores e as questões socioambientais existentes, numa combinação entre a degradação e a preservação, ambos presentes no cotidiano deles.

Assim, a educação popular permite a compreensão do todo a partir de uma educação que está voltada para a vida, para um convívio democrático e justo. Estes são alguns dos efeitos de uma educação que forma, liberta, educa e aperfeiçoa. As práticas, as experiências vividas são sempre um aprendizado, nunca inferior ao aprendizado científico, pois, no ponto de vista de sua totalidade, o maior desafio de um ser humano é se descobrir, viver em plenitude e isto independe de classe social, de conhecimento científico ou de capital.

A educação popular é, portanto, todo compartilhamento de conhecimento que subsidia um processo de aprendizagem em comum, dando voz e vez a cada um dos indivíduos, empoderando-os a enfrentar as mais variadas formas de opressão e lutando por uma sociedade mais consciente de seus direitos e solidária. Aproveitando o conhecimento local, a aproximação com a população, partindo do cotidiano, a educação popular se alicerça em uma construção coletiva e no poder local.

#### **4 Resultados e discussões**

As disparidades sociais presentes no contexto do Igarapé da Fortaleza são apenas mais um retrato da negligência e falta de comprometimento por parte do estado com a população. Aglomerados, como o Igarapé da Fortaleza, são advindos da necessidade de o ser humano fixar residência próximo aos mananciais de água, provenientes da má divisão de renda em todo país. Em especial, no estado do Amapá, tem ocasionado mazelas

Direitos Humanos.

Com esse olhar, entende-se que a educação popular coopera, no sentido de se contrapor às mais variadas configurações de opressão delineadas, sejam de violência física ou simbólica, opressoras ou derivadas de submissão disfarçada, oriundas de intervenções impostas pelo sistema capitalista (PORTO, 2007; TAKIYAMA, 2003), com legitimação pelo Estado.

Nesse sentido, com o andamento das análises foi possível entender que, no contexto analisado, a educação popular pode ser acessada como uma pedagogia que busca a transformação da sociedade (FREIRE, 1967), cujos pressupostos são instigadores de inquietações e insatisfações com a realidade social posta. No bojo dos seus pressupostos pode ser uma possibilidade educacional para praticar a educação ambiental, no contexto da comunidade do Igarapé da Fortaleza-AP, a partir dos recursos metodológicos que ela oferece, para que a comunidade seja instigada a debater a sua realidade e possam propor alternativas para minoração das questões socioambientais locais.

Para Mota Neto (2015), a educação popular procura envolver tudo aquilo que parte da realidade do povo, abrindo caminhos para a decolonialidade. O ponto de partida da educação popular é a realidade do povo e sua leitura crítica, construindo o empoderamento daqueles que estão à margem a sociedade, construindo mediações educativas e considerando a cultura, as vivências dos diferentes grupos humanos. Esta concepção se encaixa na condição da comunidade do Igarapé da Fortaleza em relação à realidade evidenciada.

Há um desejo de mudança de uma situação que se naturalizou ao longo de décadas. A educação popular é significativa nesse processo, no sentido de descortinar as ideias de compreensão da hegemonia, do capitalismo e os conflitos entre as classes mais abastadas e o povo. Essas discussões se fazem necessárias no reconhecimento dos indivíduos por si mesmos, como protagonistas do processo.

## 5 Considerações Finais

Muitos são os desafios postos diante do processo de hegemonia, que é imposto, cotidianamente, à população, sobretudo quando a presença de projetos desenvolvimentistas e de capital privado é forte. As mazelas socioambientais se



Nesse sentido, a educação popular poderá auxiliar no processo de compreensão da orientação ideológica, estimulando a busca de atividades educativas para a transformação social. A educação popular reverbera um processo de luta, é política e ao mesmo tempo dialógica. Assim sendo, poderá contribuir no empoderamento da comunidade em direção à resistência frente à realidade vivida, a partir do descortinamento de aspectos que, muitas vezes, ficam na penumbra, na invisibilidade, que acabam mantendo um cenário de corpulenta vulnerabilidade econômica e socioambiental.

## Referências

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, Moacir. **Educar para Sustentabilidade**: Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed, L, 2008. 127 p. (Série Unifreire, 2).

IBGE. **Censo demográfico 2010** - resultado do universo. Rio de Janeiro, 2011. 1 CD ROM.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. (1968). Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2006, 4<sup>a</sup> ed. 2006.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 118. p. 189-205, março/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/gpea/bub>>. Acesso em: 10 Jun. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **A ICOMI no Amapá**: meio século de exploração mineral. Novos Cadernos NAEA. v. 6, n. 2, p. 113 -168, dez. 2003.

MOTA NETO, João colares da. Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda. 2015. 370 f. Cap 3. **Tese** (Doutorado em Educação) – programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais** – 1943 a 2000. 2ed. Macapá: GEA/SETEC, 2007.



TAKIYAMA, Luís Roberto et al. Qualidade das Águas das Ressacas das Bacias do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú In: Takiyama, L.R.; Silva, A.Q. da (orgs.).

**Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá:** Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú, Macapá-AP, CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, 2003, p. 81-104.